

## ATA ORDINÁRIA Nº 10/2025 DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do TIMBOPREV: Carmelinde Brandt, Joel Ricardo Raiter, Greyce Nardelli Severino e Romero Espíndola e Silva, para acompanhar a carteira de investimentos do Instituto em conformidade com os objetivos estabelecidos pela Política de Investimentos e analisar a alocação dos recursos por cada segmento de mercado e os pareceres e avaliações do cenário macroeconômico proposta pela consultoria de investimento – SMI Consultoria. A Sra. Carmelinde abriu a reunião, dando boas-vindas aos participantes e em seguida, solicitou a Sra. Greyce que apresentasse um resumo das últimas deliberações e decisões tomadas nas reuniões anteriores. **1) Reuniões anteriores** – A Sra. Greyce apresentou a revisão das deliberações das reuniões realizadas pelo Comitê em setembro. **2) Carteira de Investimentos e Demonstrativos** – Na sequência, passou-se à apresentação do Relatório de Gestão referente ao mês de setembro, conduzida pela Sra. Carmelinde. Foi informado que a distribuição da carteira do Instituto encerrou o período com 64,16% alocados em Títulos Públicos, 28,55% em Renda Fixa, 4,38% em Letras Financeiras, 2,52% em fundo de Renda Variável, 0,39% em Fundo de Participação e 0% em Conta Corrente. O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 188.596.707,52. A Sra. Carmelinde apresentou que o retorno da carteira, no mês de setembro, foi de R\$ 1.731.322,49, acumulando no ano o montante de R\$ 15.166.733,93. Informou, ainda, que a rentabilidade mensal da carteira foi de 0,93%, frente à meta de 0,88%, demonstrando que a meta foi superada no referido mês. No acumulado do ano, a carteira registrou rentabilidade de 9,05%, enquanto a meta alcançou 7,43%. Quanto à análise de risco e rentabilidade dos ativos, observou-se que o único instrumento com desempenho negativo no ano foi o BRASIL FLORESTAL FIC FIP (CNPJ 15.190.417/0001-31) -, que também apresentou rentabilidade negativa no mês de setembro, com retorno negativo de R\$ 349,43. Em relação ao enquadramento, a Sra. Carmelinde informou que toda a carteira permanece devidamente enquadrada, tanto conforme a Política quanto no tocante aos fundos e ao Patrimônio Líquido. Ressaltou que há dois CNPJ sinalizados em vermelho devido à gestora QUELUZ GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS LTDA (CNPJ 07.250.864/0001-00) , responsável pelo fundo BRASIL FLORESTAL FIC FIP (CNPJ 15.190.417/0001-31), aparentemente não estar enviando os documentos de credenciamento à SMI Consultoria. Esclareceu, contudo, que, como o Instituto não realiza novos aportes naquele fundo, permanece mantido o enquadramento. A Sra. Greyce registrou que somente haveria desenquadramento caso fossem realizados novos aportes. **3) Fundo BRASIL FLORESTAL FIC FIP** – Na continuidade da reunião, passou-se à discussão específica sobre o Fundo Brasil Florestal FIC FIP (CNPJ 15.190.417/0001-31), conduzida pela Sra. Carmelinde. A Sra. Carmelinde informou que o referido fundo apresenta situação complexa, ressaltando que o processo para eventual desinvestimento ainda deverá levar alguns anos. Relatou que tem reiterado contatos por e-mail à gestora, que sempre responde afirmando que o cronograma está sendo cumprido, embora, em sua análise, não haja correspondência entre as informações prestadas e o que efetivamente ocorre. Afirmou que, em sua percepção, os pagamentos deveriam ter sido iniciados ainda no ano corrente, o que não ocorreu, permanecendo o Instituto sem qualquer retorno financeiro ou comunicação objetiva. Indicou que enviará novo e-mail solicitando esclarecimentos. O Sr. Romero questionou se haveria possibilidade de adoção de medidas mais incisivas, inclusive de natureza judicial. A Sra. Carmelinde esclareceu que não há essa possibilidade no momento, mencionando que decisões relativas ao fundo são tomadas em assembleia geral de cotistas e que já faz anos que não são realizadas novas assembleias. O Sr. Romero ponderou que, caso existisse deliberação prévia que não estivesse sendo cumprida, isso poderia fundamentar alguma iniciativa diferente, ao que a Sra. Carmelinde respondeu que tal encaminhamento dependeria da articulação entre todos os cotistas. Questionou-se, ainda, sobre eventual suporte da SMI nesse tema. O Sr. Joel observou que seria necessário verificar se o fundo está realmente cumprindo o combinado estabelecido anteriormente. A Sra. Carmelinde explicou que, em sua compreensão, o início dos pagamentos deveria ocorrer neste ano, mas destacou que, conforme definido originalmente, os devedores seriam pagos antes dos cotistas. Mencionou que houve venda de madeira por meio de leilão, mas não dispõe de informações atualizadas sobre o resultado desse processo. O Sr. Romero retomou a questão do fluxo de pagamentos,



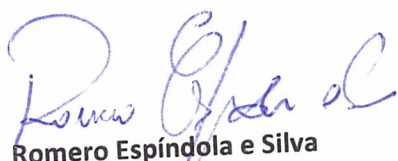
50 mencionando que o Instituto já havia manifestado formalmente sua intenção de saída. A Sra. Carmelinde  
51 esclareceu que o fundo não possui mecanismo de resgate, o que constitui um dos principais entraves. O  
52 Sr. Joel relembrou que, no início, houve casos de corrupção envolvendo o antigo gestor, o que resultou na  
53 troca de administradores. O Sr. Romero reiterou que não há possibilidade de resgate, e a Sra. Carmelinde  
54 acrescentou que todos os cotistas permanecem vinculados porque, caso um optasse pela venda, seria  
55 necessário negociar as cotas em bolsa, o que dificilmente ocorreria devido à ausência de liquidez e à  
56 provável falta de recursos do fundo para honrar pagamentos. Informou que a situação é complexa, pois,  
57 se um cotista tentasse vender suas cotas, outros tenderiam a seguir o mesmo movimento. A Sra.  
58 Carmelinde reforçou que o fundo enfrentou problemas graves de gestão e corrupção, existindo inclusive  
59 ação penal em andamento. Explicou que seria necessário revisar todas as atas e registros das assembleias  
60 anteriores. Recordou que, segundo o que foi deliberado, o pagamento aos cotistas somente ocorreria após  
61 quitação de devedores e de toda a parte administrativa, e, posteriormente, com a liquidação resultante  
62 do leilão da floresta, seriam realizados pagamentos parcelados. A Sra. Greyce comentou que havia  
63 intenção, por parte do fundo, de ao menos restituir o valor originalmente investido. A Sra. Carmelinde  
64 confirmou que essa era a orientação, com o objetivo de evitar prejuízo aos cotistas. A Sra. Carmelinde  
65 relatou que o Sr. João Carlos Figueiredo, Presidente da ABIPEM, que à época também presidia o IPREJUN  
66 (Previdência de Jundiá), enfrenta a mesma situação, e que existem cotistas com exposição financeira  
67 muito superior à do Instituto. Relatou ter considerado oportuno revisar a última ata do fundo para  
68 atualização das informações. A Sra. Greyce mencionou que recorda da participação da Sra. Carmelinde em  
69 assembleias anteriores e questionou se o Sr. Joel havia participado. O Sr. Joel confirmou que acompanhou  
70 parte do processo, inclusive em chamadas de votação. A Sra. Carmelinde acrescentou que a última reunião  
71 teve caráter mais informativo e que possivelmente possui gravações a serem revistas. O Sr. Romero  
72 questionou se, do ponto de vista contábil, o ativo representa algo que praticamente não possui  
73 disponibilidade. A Sra. Greyce explicou que o valor vem sendo registrado em provisionamento, reduzindo  
74 o ativo nas demonstrações contábeis, mas que ainda não existe lançamento efetivo de perda, pois o valor  
75 permanece positivo contabilmente, sendo apenas ajustado por meio de provisões para possível perda. Por  
76 fim, a Sra. Carmelinde mencionou a existência de parecer do Ministério da Previdência orientando diversos  
77 Institutos em situações semelhantes, no sentido de que fundos estressados não devem gerar  
78 desenquadramento automático. **4) Movimentações Financeiras do Mês –** Na sequência, a Sra. Carmelinde  
79 apresentou as Movimentações Financeiras do mês, informando que não houve aplicações em novos  
80 fundos, permanecendo pendentes, as operações relativas ao fundo Bradesco FIC Performance  
81 Institucional Crédito Privado Renda Fixa (CNPJ 44.961.198/0001-45) e fundo Itaú KINEA Institucional  
82 Crédito Privado (CNPJ 57.454.364/0001-69). Esclareceu que tais pendências ocorreram porque, no mês  
83 anterior, a Sra. Greyce esteve em férias e, ao retornar, passou a auxiliar temporariamente o Samae, em  
84 razão da ausência de contador naquele órgão, ficando cedida por determinado período. Acrescentou que,  
85 no mês corrente, ela própria esteve em férias, o que resultou no acúmulo de algumas atividades. Informou,  
86 contudo, que nesta semana retomará os procedimentos necessários para concluir os credenciamentos e  
87 viabilizar as aplicações previstas. A Sra. Carmelinde registrou que os novos valores recebidos pelo Instituto  
88 continuam sendo aplicados no fundo CAIXA FI BRASIL MATRIZ RENDA FIXA (CNPJ 23.215.008/0001-7),  
89 ressalvando que a taxa de administração é direcionada ao FUNDO CAIXA FI BRASIL REFERENCIADO DI  
90 LONGO PRAZO (CNPJ 03.737.206/0001-97). Informou, também, que os resgates referentes à Folha  
91 continuam sendo realizados no fundo CDI da Caixa Econômica, geralmente no fundo CAIXA FI BRASIL  
92 MATRIZ RENDA FIXA (CNPJ 23.215.008/0001-7). Esclareceu que, caso o fundo CAIXA FI BRASIL MATRIZ  
93 RENDA FIXA (CNPJ 23.215.008/0001-7) não disponha de saldo suficiente, verifica-se a possibilidade de  
94 utilização do fundo referenciado ou outro fundo da Caixa Econômica atrelado ao CDI e composto por  
95 Títulos Públicos, ainda que isso ocorra com pouca frequência. Sendo que ocorrem apenas em situações  
96 pontuais, como nos períodos de pagamento de décimo terceiro salário ou outras demandas  
97 extraordinárias. Na sequência, a Sra. Carmelinde registrou que as taxas dos Títulos Públicos permanecem  
98 elevadas, sem alterações significativas. Informou que os títulos com vencimento em 2030 continuam  
99 sendo negociados na faixa de IPCA + 7,90% a 8,04%, aproximadamente. Destacou que, no que se refere à  
100 carteira de investimentos, essas eram as principais informações a apresentar no momento. A Sra.



101 Carmelinde também mencionou o cenário relacionado à apresentação mensal da SMI, que havia sido  
102 cancelada, informando que será realizada posteriormente, de forma conjunta com a apresentação da  
103 Política de Investimentos. **5) Política de Investimentos** – Na continuidade da reunião, a Sra. Carmelinde  
104 informou que o Instituto já recebeu a versão preliminar da nova Política de Investimentos, acompanhada  
105 das orientações encaminhadas pela SMI. Relatou que encaminhou o material para o e-mail institucional  
106 de investimentos, ficando disponível para consulta dos membros que desejarem analisá-lo. Explicou que  
107 ainda não realizou a leitura integral da política, mas destacou que as orientações seguem a mesma linha  
108 dos exercícios anteriores, especialmente quanto à necessidade de obter, junto à Lumens Atuarial, o  
109 *duration* do passivo, a fim de subsidiar a revisão da política. Ressaltou que essa análise costuma ser  
110 realizada após a apresentação técnica. A Sra. Carmelinde registrou que o procedimento envolve a  
111 elaboração da minuta pelo Comitê, seguida da apresentação da Política de Investimentos já estruturada,  
112 a partir do modelo padrão disponibilizado, ajustado à realidade do Instituto mediante as adaptações  
113 usuais. Informou que os parâmetros como meta de rentabilidade e limites de alocação são discutidos no  
114 âmbito do Comitê, sendo que, após essa fase, a Política deve ser encaminhada para aprovação pelo  
115 Conselho de Administração, respeitando-se o prazo legal, que exige a conclusão de todo o processo até 31  
116 de dezembro. A Sra. Carmelinde acrescentou que, conforme consta no e-mail recebido, estão em  
117 andamento alterações na Resolução nº 4.963 CMN, atualmente em fase de revisão. Destacou que, caso a  
118 nova versão seja publicada após a aprovação da Política de Investimentos, será necessária a realização de  
119 nova revisão do documento para adequação às eventuais mudanças. Ressaltou que, embora ainda não  
120 publicada, a revisão encontra-se iminente. Na sequência, a Sra. Greyce registrou, para fins de referência,  
121 que no exercício anterior a apresentação da política pela SMI ocorreu em 23 de outubro, seguida de  
122 reunião do Comitê em 18 de novembro para discussão do conteúdo, com posterior encaminhamento e  
123 aprovação no início de dezembro, dentro do prazo regulamentar. A Sra. Carmelinde complementou  
124 informando que será necessário revisar toda a política atual, verificando as alterações já adotadas no ano  
125 anterior, lembrando que a minuta enviada pela SMI segue um padrão genérico, exigindo adequações  
126 específicas pela equipe do Instituto. **6) Eventos e Reuniões com Instituições Financeiras** – A Sra.  
127 Carmelinde informou que, no período, não houve reunião específica relacionada a investimentos, tendo  
128 ocorrido apenas a reunião com a Lumens para apresentação do relatório das hipóteses atuariais. Relatou  
129 que a empresa apresentou sugestão de alteração das tábuas biométricas, tema que deverá ser deliberado  
130 pelo Conselho, uma vez que tal ajuste poderá impactar o passivo atuarial do Instituto, aumentando sua  
131 duração. A Sra. Carmelinde observou que ainda não é possível antecipar como essa alteração refletirá no  
132 próximo cálculo atuarial, mas registrou o apontamento para ciência do Comitê, embora o tema não seja  
133 de competência direta deste colegiado. Em relação às próximas agendas, informou que o Instituto aguarda  
134 a definição da data da SMI para apresentação da Política de Investimentos. Comunicou, ainda, que no dia  
135 4 de novembro ocorrerá reunião com a Próprio Capital, às 14 horas, e, no mesmo dia, às 10 horas, reunião  
136 com a Vinci Compass. A Sra. Greyce complementou informando que, no dia 29 de outubro, haverá reunião  
137 com a 4UM. Acrescentou que o Sr. Vinícius não integra mais a equipe da 4Um e que, conforme verificado,  
138 atualmente está no Bradesco, sendo o Sr. Vanderlei o profissional que o substitui na instituição. **7)**  
139 **Assuntos Diversos** – No tocante aos assuntos gerais, a Sra. Carmelinde informou a criação do e-mail  
140 institucional do Comitê de Investimentos, que será adotado gradualmente para concentrar as  
141 comunicações relativas ao Comitê, permitindo que todos os membros tenham acesso direto às  
142 informações. Explicou que, atualmente, procura reenviar todos os materiais que recebe, mas,  
143 eventualmente, diante do volume de mensagens, pode ocorrer esquecimento. Destacou que o novo e-  
144 mail facilitará a rotina, especialmente considerando que o Instituto recebe grande quantidade de  
145 informações, como cotações diárias, cenários econômicos e relatórios de mercado, que, embora  
146 impossíveis de acompanhar integralmente, contribuem para manter os membros atualizados sobre o  
147 ambiente financeiro. A Sra. Carmelinde observou que, inicialmente, os encaminhamentos continuarão  
148 sendo feitos manualmente, até que todas as instituições realizem a atualização cadastral, tendo em vista  
149 que hoje muitos materiais chegam ao e-mail geral do Timboprev e não é possível promover um  
150 redirecionamento automático, pois esse endereço recebe conteúdos de naturezas diversas. Na sequência,  
151 a Sra. Greyce comunicou que o valor de Comprev referente à competência de setembro, no montante de

152 R\$ 723.000,00, será recebido em novembro. A Sra. Carmelinde encerrou sua participação informando que,  
153 por ora, estes eram os principais informes, colocando-se à disposição para tratar de eventuais questões  
154 adicionais após a reunião sobre a Política de Investimentos e os demais participantes confirmaram que  
155 não havia pendências adicionais. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada  
156 pelos participantes da reunião presentes. Timbó, 20/10/2025.

  
Carmelinde Brandt

  
Romero Espíndola e Silva

  
Joel Ricardo Raiter

  
Greyce Nardelli Severino

EM BRANCO